



Funded by
the European Union

Erasmus+
Enriching lives, opening minds.



Boas Práticas para a Prevenção do Casamento Precoce e da Maternidade Precoce nas Comunidades Ciganas

Relatório Transnacional Comparativo – WP4



ROMA INFLUENCERS NETWORK/2024-1-EL01-KA220-ADU-000247507



www.romainfluencersnetwork.eu romainfluencersnetwork@gmail.com [Roma Influencers Network](https://www.facebook.com/Roma-Influencers-Network) [Roma_Influencers_Network](https://www.instagram.com/Roma_Influencers_Network)

Índice

1. Introdução	3
2. Metodologia e limites do conceito de “boa prática”	6
3. Práticas nacionais e locais	7
3.1. Grécia	7
3.2. Irlanda	9
3.3. Portugal	12
3.4. Roménia	16
4. Boas práticas europeias e transnacionais.....	19
5. Análise comparativa das práticas	26
5.1. Da prevenção dos casamentos precoces e da maternidade precoce à promoção dos direitos	26
5.2. Educação como principal fator de proteção	26
5.3. Acesso aos direitos e aos serviços.....	27
5.4. Participação comunitária e liderança das mulheres ciganas.....	28
5.5. Da intervenção individual à transformação dos sistemas	28
5.6 Conhecimento, evidência e governação participativa	29
5.7. Evidência disponível e desafios futuros.....	30
6. Conclusões.....	31

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade das autoras e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Fundação de Bolsas de Estudo do Estado (IKY). Nem a União Europeia nem a entidade que concede a bolsa podem ser tidos como responsáveis por essas opiniões.

1. Introdução

As comunidades ciganas constituem a maior minoria étnica da Europa e continuam a enfrentar desigualdades significativas no acesso a um conjunto de direitos. Apesar dos progressos alcançados nas últimas décadas, muitas pessoas ciganas permanecem expostas a situações de pobreza, discriminação e anticiganismo que limitam o exercício pleno dos seus direitos fundamentais. As mulheres, as raparigas e as crianças encontram-se frequentemente sujeitas a formas múltiplas e interseccionais de desigualdade, decorrentes da combinação entre discriminação étnica, desigualdades de género e exclusão social. Por esta razão, a União Europeia e o Conselho da Europa identificam atualmente a igualdade, a inclusão e a participação das comunidades ciganas como prioridades estratégicas para o período 2020–2030, defendendo abordagens baseadas nos direitos humanos, na igualdade de género e na participação efetiva das próprias comunidades.

Neste contexto, os casamentos precoces e a maternidade precoce constituem desafios particularmente complexos. Embora estes fenómenos possam ocorrer em diferentes grupos sociais e culturais, diversos estudos europeus evidenciam que continuam a afetar algumas comunidades ciganas dos diferentes países onde estas comunidades estão presentes ainda que as realidades difiram substancialmente umas das outras.

Em distintos contextos, porém, os casamentos precoces e a maternidade precoce refletem a interação de múltiplos fatores, entre os quais se destacam a pobreza, o abandono escolar, a discriminação, as desigualdades de género, o acesso limitado à saúde sexual e reprodutiva, as reduzidas oportunidades educativas e profissionais e a persistência de determinadas normas e expectativas sociais. Assim, estes fenómenos não podem ser compreendidos exclusivamente como práticas culturais nem enfrentados apenas através de respostas legislativas ou de campanhas pontuais de sensibilização. A sua prevenção exige intervenções integradas, sustentadas e culturalmente adequadas, capazes de atuar simultaneamente sobre os fatores individuais, familiares, comunitários, institucionais e estruturais que condicionam os percursos de vida das raparigas e mulheres ciganas.

É neste enquadramento que surge o projeto *Roma Influencers – Breaking the Circle of Early Marriages and Early Motherhood*, cofinanciado pelo programa Erasmus+ e desenvolvido por organizações da Grécia, Irlanda, Portugal e Roménia. O projeto parte do reconhecimento de que a prevenção do casamento precoce e da maternidade precoce requer uma abordagem multidimensional,

assente na produção de conhecimento, na capacitação das mulheres ciganas, na participação das comunidades, na cooperação entre diferentes setores e na formulação de recomendações para as políticas públicas. Ao longo da sua implementação, o projeto promoveu investigação comparativa, formação de mulheres ciganas enquanto *Influencers*, desenvolvimento de materiais educativos, campanhas comunitárias e processos de diálogo político, procurando transformar o conhecimento produzido em instrumentos concretos de prevenção e de mudança social.

O presente relatório constitui um dos principais produtos desta iniciativa e reúne práticas nacionais identificadas pelos parceiros da Grécia/Klimaka, Irlanda/Cairdie, Portugal/CESIS e CooperActiva e Roménia/Sastipen, bem como práticas europeias e transnacionais consideradas relevantes para a prevenção do casamento precoce e da maternidade precoce nas comunidades ciganas. As práticas analisadas apresentam naturezas distintas, abrangendo programas de educação, mediação intercultural, promoção da saúde, apoio entre pares, investigação participativa, governação colaborativa, fortalecimento das organizações ciganas e desenvolvimento de políticas públicas. Esta diversidade constitui um dos principais contributos do relatório, permitindo demonstrar que a prevenção não depende de uma única metodologia, mas da articulação de respostas complementares desenvolvidas em diferentes níveis de intervenção.

Mais do que apresentar um catálogo de iniciativas, este relatório procura compreender quais os fatores que tornam uma prática particularmente promissora neste domínio e identificar elementos suscetíveis de serem adaptados e transferidos para outros contextos nacionais ou locais. A análise comparativa evidencia que as respostas mais consistentes combinam educação inclusiva, acesso aos serviços de saúde, mediação intercultural, participação comunitária, produção de conhecimento, liderança das mulheres ciganas e governação participativa, em consonância com as orientações mais recentes da União Europeia e do Conselho da Europa para a promoção da igualdade, da inclusão e da participação das comunidades ciganas.

Neste contexto, o relatório tem cinco objetivos principais:

- identificar práticas nacionais, europeias e transnacionais com potencial para prevenir o casamento precoce e a maternidade precoce nas comunidades ciganas;
- analisar as diferentes abordagens desenvolvidas pelos quatro países parceiros e identificar os seus elementos distintivos;



- evidenciar fatores de sucesso, desafios e condições que favorecem a transferência das práticas para outros contextos;
- identificar convergências e diferenças entre as experiências analisadas, contribuindo para uma melhor compreensão dos fatores que favorecem a prevenção;
- apoiar o desenvolvimento de futuras políticas públicas e programas de intervenção baseados em evidência científica, participação comunitária, igualdade de gênero e direitos humanos.

2. Metodologia e limites do conceito de “boa prática”

A redação do presente relatório teve subjacente o guia de orientação para a identificação de boas práticas que, tal como a sua designação o indica, guiou as diferentes entidades parceiras na sua pesquisa. A informação constante no relatório transnacional baseia-se nos documentos produzidos pelos parceiros do projeto.

Apesar da existência de um guia, os documentos nacionais não seguem uma estrutura completamente uniforme: alguns descrevem projetos específicos e delimitados no tempo, outros apresentam abordagens institucionais, serviços permanentes, metodologias ou materiais educativos.

Por esta razão, o conceito de “boa prática” é utilizado de modo prudente. Nem todas as iniciativas dispõem de avaliação de resultados ou de impacto. O relatório distingue entre práticas nacionais e transnacionais e entre boas práticas mais consolidadas, práticas promissoras e abordagens institucionais relevantes, valorizando a evidência disponível sem atribuir resultados que ainda não foram demonstrados.

As práticas foram analisadas segundo relevância, participação comunitária, sensibilidade cultural, igualdade de género, sustentabilidade, transferibilidade, cooperação multissetorial, inovação e articulação com políticas públicas.

3. Práticas nacionais e locais

3.1. Grécia

A experiência grega evidencia uma forte aposta na produção de conhecimento de forma participada, na consulta das comunidades e na influência nas políticas públicas.

Roma Child VOICE¹

Entidade promotora: *Prolepsis Institute*, em parceria com a *Union of Greek Roma Mediators and Their Associates*, no âmbito do Programa PREVENT.

O *Roma Child VOICE* é uma iniciativa de âmbito nacional que utiliza metodologias de investigação participativa para compreender as experiências, necessidades e perspetivas das crianças ciganas. Desenvolvido em várias regiões da Grécia, o projeto envolve crianças e famílias ciganas, pessoas mediadoras, profissionais dos setores da educação, saúde e proteção social, bem como representantes das autoridades locais e nacionais.

A iniciativa recolheu informação qualitativa e quantitativa sobre as experiências, necessidades e atitudes existentes nas comunidades, utilizando os resultados para fundamentar recomendações dirigidas às políticas de proteção das crianças. A experiência demonstrou que a investigação sobre questões social e culturalmente sensíveis exige o envolvimento das comunidades desde as primeiras fases, a colaboração com parceiros locais de confiança e metodologias culturalmente adequadas. A sua transferência para outros contextos depende igualmente da capacidade para transformar os resultados da investigação em propostas concretas de intervenção e de política pública.

O principal elemento inovador da iniciativa reside na articulação entre investigação científica e mediação intercultural. A parceria entre o Prolepsis Institute e a Union of Greek Roma Mediators and Their Associates permite produzir evidência baseada na participação ativa das comunidades ciganas, reforçando simultaneamente a confiança das famílias no processo e a relevância das recomendações formuladas.

Embora o *Roma Child VOICE* não constitua uma intervenção direta de prevenção do casamento precoce, representa uma prática promissora na produção de conhecimento baseado na participação das próprias comunidades. A iniciativa

¹[Παρουσίαση αποτελεσμάτων του έργου Roma Child VOICE.](#)

evidencia igualmente o valor acrescentado da colaboração entre investigação científica e mediação intercultural, contribuindo para o desenvolvimento de políticas e práticas mais informadas, culturalmente competentes e centradas nos direitos das crianças.

ROMplat2019²

Entidade promotora: *Union of Greek Roma Mediators and Their Associates*, em colaboração com autoridades públicas e organizações da sociedade civil.

O **ROMplat2019** é uma plataforma nacional de governação participativa que promove a cooperação entre pessoas mediadoras ciganas, autoridades públicas, organizações da sociedade civil e representantes das comunidades ciganas, com o objetivo de reforçar a inclusão social e melhorar a resposta às necessidades destas comunidades. A iniciativa procura assegurar que as políticas públicas sejam desenvolvidas de forma participativa, valorizando o conhecimento e a experiência das próprias comunidades.

Assim, no âmbito da iniciativa foram realizados workshops de consulta que permitiram recolher as perspetivas das comunidades e produzir recomendações de política pública fundamentadas sobre o casamento precoce.

O principal elemento inovador da prática reside no reconhecimento das pessoas mediadoras ciganas como parceiras permanentes na definição, implementação e monitorização das políticas públicas, reforçando a articulação entre os setores da educação, saúde, proteção social e igualdade. Esta abordagem favorece uma maior coordenação institucional, melhora a comunicação entre os serviços e as comunidades e contribui para o desenvolvimento de respostas mais inclusivas e culturalmente competentes.

Embora não constitua uma intervenção direta na prevenção do casamento precoce e da maternidade precoce, o **ROMplat2019** representa uma prática promissora por criar mecanismos permanentes de participação comunitária e de colaboração interinstitucional, essenciais para apoiar políticas públicas mais eficazes na promoção dos direitos das crianças e das mulheres ciganas.

² [EN-3o-NEWSLETTER-FINAL-CONFERENCE.pdf](#).

3.2. Irlanda

As práticas irlandesas apresentam forte incidência no empoderamento das mulheres, acesso multilingue à informação, saúde materna e adaptação dos serviços públicos.

DROM Ireland: Roma Peer Support for Health, Education & Equity³

Entidade promotora: *Cairde*.

O *DROM Ireland: Roma Peer Support for Health, Education & Equity* é uma iniciativa de capacitação comunitária e liderança dirigida a mulheres ciganas, implementada pela Cairde e financiada pelo Department of Children, Disability and Equality. O programa apoia cinco mulheres ciganas no seu percurso para se tornarem Operadoras de Apoio entre Pares, através de um percurso personalizado de educação, formação e orientação. Este inclui a aprendizagem da língua inglesa, a alfabetização e as competências digitais, qualificações certificadas, saúde materna e saúde mental, igualdade e direitos, participação cívica e conhecimento dos serviços públicos.

O principal elemento inovador da prática reside na formação de mulheres ciganas como agentes de apoio entre pares, capazes de estabelecer pontes entre as comunidades e os serviços. Enquanto interlocutoras de confiança, estas mulheres apoiam outras mulheres ciganas no acesso à informação, à saúde, à educação, à maternidade e ao exercício dos seus direitos, contribuindo para reduzir barreiras linguísticas, culturais e institucionais.

O *DROM Ireland* constitui uma prática promissora por combinar capacitação individual, qualificação certificada, liderança comunitária e apoio entre pares, promovendo a autonomia das mulheres e reforçando a capacidade das comunidades para responder aos seus próprios desafios através de modelos de participação e apoio sustentáveis.

National Roma Infoline⁴

Entidade promotora: *Cairde*.

Criada em 2020, a *National Roma Infoline* é um serviço nacional de informação e orientação prestado pela Cairde para apoiar pessoas e famílias ciganas no acesso aos serviços públicos e no exercício dos seus direitos. O serviço fornece

³ [Roma Programme - Cairde](#)

⁴ [Roma Programme - Cairde](#)

informação, aconselhamento e encaminhamento em áreas como os cuidados de saúde, a educação, a habitação e o emprego, procurando superar as barreiras linguísticas, administrativas e institucionais que muitas vezes dificultam o acesso aos serviços públicos.

A *National Roma Infoline* é gerida por pessoas de origem cigana e presta assistência em romani, romeno e inglês, apoiando tanto pessoas das comunidades ciganas como profissionais que trabalham nos serviços públicos e nas organizações prestadoras de serviços. Desde a sua criação, já atendeu mais de 12 000 chamadas de membros das comunidades ciganas, dos serviços públicos e de organizações comunitárias, com especial enfoque nos cuidados de saúde e na habitação.

O principal elemento inovador do serviço reside na prestação de apoio acessível e culturalmente adequado, adaptado às necessidades das comunidades ciganas, atuando como uma ponte entre as pessoas utilizadoras e os serviços públicos. Para além de dar resposta às necessidades imediatas, contribui também para aumentar a sensibilização e o acesso aos direitos e serviços disponíveis.

A *National Roma Infoline* constitui uma prática promissora, uma vez que facilita o acesso aos direitos fundamentais, reforça a confiança das comunidades ciganas nos serviços públicos e contribui para reduzir as desigualdades no acesso aos cuidados de saúde, à habitação e à educação. Ao melhorar o acesso à informação e ao apoio institucional, cria também condições favoráveis para prevenir situações de vulnerabilidade, incluindo o casamento e a maternidade precoces.

Study on Roma Women's Experiences of Maternity Services ⁵

Entidade promotora: *University College Dublin (UCD), Centre for Interdisciplinary Research, Education and Innovation in Health Systems (IRIS)*, em parceria com o *National Quality & Patient Safety Unit (HSE)*, o *National Women and Infants Health Programme (NWIHP)* e o *Roma Programme, Cairde*.

O estudo realizado pelo UCD, IRIS Centre e outros parceiros tem como objetivo desenvolver um conjunto nacional de medidas para a qualidade e a segurança dos serviços de maternidade e neonatologia. Em colaboração com a Cairde, o estudo envolveu mulheres ciganas para compreender melhor as suas experiências no acesso e utilização dos serviços de maternidade na Irlanda. O estudo identifica barreiras linguísticas, culturais e institucionais que afetam o acesso a cuidados de

⁵ [Understanding a Minority Group's \(Roma\) Experiences of Access and Quality in Maternity Services](#)

maternidade de alta qualidade, ao mesmo tempo que dá voz às experiências e perspetivas das próprias mulheres ciganas.

O estudo baseou-se nos princípios do *co-design*, da reciprocidade e da interpretação comunitária dos resultados, constituindo um exemplo de cooperação intersetorial e de investigação centrada numa comunidade minoritária. As mulheres ciganas participaram não só na recolha de dados, mas também na contextualização e interpretação das experiências identificadas, reforçando a relevância e a credibilidade do estudo.

Uma das principais aprendizagens do projeto é que uma participação significativa requer tempo, recursos e processos co-construídos desde as fases iniciais da investigação. A replicação desta abordagem exigiria parcerias sólidas com organizações e comunidades ciganas, flexibilidade na adaptação dos processos de investigação e recursos adequados para apoiar uma participação significativa ao longo de todo o processo de investigação.

Esta iniciativa constitui uma prática promissora, uma vez que produz evidências que sustentam melhorias nos serviços de cuidados de saúde materna e contribui para reduzir as desigualdades no acesso aos serviços.

Teenage Pregnancy Service – Rotunda Hospital ⁶

Entidade promotora: *Rotunda Hospital (Dublin)*.

O *Teenage Pregnancy Service*, desenvolvido pelo *Rotunda Hospital*, com início em 2005. É um serviço especializado de acompanhamento a adolescentes grávidas, assegurando cuidados clínicos, apoio psicossocial e orientação ao longo da gravidez e no período pós-parto. A intervenção articula diferentes profissionais e serviços, promovendo uma abordagem integrada às necessidades das jovens mães.

Em 2025, o serviço realizou uma avaliação do período compreendido entre 2005 e 2022. Os resultados mostraram que, apesar da diminuição global da gravidez na adolescência entre as utentes do hospital, aumentou a proporção de mães adolescentes ciganas. Os dados relativos a 2024 indicam que 47% das utentes não eram irlandesas, sendo o romeno a língua mais frequente, e que 35% eram identificadas como ciganas ou romenas. Muitas encontravam-se em circunstâncias de vulnerabilidade, necessitavam de tradução e enfrentavam obstáculos significativos no acesso a cuidados básicos de saúde.

⁶ [Gynaecology – The Rotunda Hospital](#)

O principal elemento inovador da prática reside na prestação de um acompanhamento multidisciplinar e centrado na pessoa, que combina cuidados de saúde, apoio emocional, educação para a saúde, encaminhamento para recursos comunitários e articulação com outros serviços de apoio social e educativo.

O *Teenage Pregnancy Service* constitui uma prática promissora por demonstrar a importância de serviços especializados, integrados e acessíveis para as adolescentes grávidas. Ao fazê-lo, contribui para a melhoria dos resultados em termos de saúde, reforça o apoio aos/às pais/mães jovens e ajuda a reduzir situações de vulnerabilidade social.

3.3. Portugal

As práticas portuguesas cobrem diferentes fatores de proteção: permanência escolar, saúde, mediação, liderança feminina e produção participativa de conhecimento.

ROMA Educa⁷

Entidade promotora: Agência para a Integração, Migrações e Asilo – AIMA (anteriormente Alto Comissariado para as Migrações).

O **ROMA Educa** foi lançado em 2019 pelo então Alto Comissariado para as Migrações (ACM), através do Programa Escolhas, no âmbito da implementação da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC). a sua consolidação institucional e crescente alcance nacional.

O **ROMA Educa** é um programa nacional de bolsas de estudo destinado a estudantes ciganos/as que visa promover a permanência e o sucesso no sistema educativo, reduzindo barreiras económicas e incentivando a progressão para os níveis de ensino secundário e superior. Para além do apoio financeiro, o programa contribui para reforçar as expectativas educativas e valorizar os percursos escolares como fator de inclusão social e desenvolvimento pessoal.

Inicialmente dirigido a 50 estudantes ciganos/as no ano letivo de 2019/2020, o programa conheceu uma expansão significativa e atribui atualmente 210 bolsas de estudo por ano a estudantes do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, evidenciando

⁷ [programa-roma-educa_regulamento-7a-edicao.pdf](#)

O principal elemento inovador da prática reside na promoção da educação como estratégia de empoderamento e de igualdade de oportunidades para jovens ciganos/as, reconhecendo o sucesso educativo como um fator essencial para quebrar ciclos de exclusão e ampliar as oportunidades de participação social e profissional.

O *ROMA Educa* constitui uma boa prática por promover a continuidade dos percursos educativos e reforçar a autonomia dos/as jovens ciganos/as. Ao incentivar a permanência na escola e o acesso ao ensino superior, contribui para adiar trajetórias de casamento e maternidade precoces, ampliando as oportunidades de escolha e de construção de projetos de vida autónomos.

OPRE – Programa Operacional para a Promoção da Educação⁸

Entidade promotora: Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) em colaboração com a Associação Letras Nómadas.

O *OPRE – Programa Operacional para a Promoção da Educação* teve início em 2016 como um projeto-piloto levado a cabo por uma associação de pessoas ciganas e outras entidades da sociedade civil. Destina-se a promover o acesso, a permanência e o sucesso de estudantes de origem cigana no ensino superior. Os resultados alcançados conduziram à sua consolidação como uma medida de política pública, refletindo o reconhecimento institucional da sua eficácia e da importância de investir na educação como instrumento de inclusão social e igualdade de oportunidades.

Desde o seu lançamento, o OPRE tem atribuído, em média, cerca de 30 bolsas de estudo por ano a estudantes ciganos/as do ensino superior. Até à 8.ª edição, o programa tinha apoiado 249 estudantes, contribuindo para a conclusão de 37 licenciaturas e 9 mestrados, evidenciando o seu impacto na promoção do acesso, permanência e sucesso no ensino superior., para além das bolsas, o OPRÉ leva a cabo programas de mentoria com acompanhamento individualizado ao longo do percurso académico, procurando reduzir desigualdades no acesso ao ensino superior e reforçar a participação de jovens ciganos/as na vida académica, profissional e cívica.

O principal elemento inovador da prática reside na combinação de apoio financeiro com mentoria, desenvolvimento de competências e criação de redes de apoio, promovendo não apenas o sucesso académico, mas também a

⁸ [regulamentoopre_10aed.pdf](#)

formação de uma nova geração de profissionais e líderes ciganas/as capazes de atuar como *role model* nas suas comunidades.

O **OPRE** constitui uma prática promissora por demonstrar como uma iniciativa inovadora pode evoluir para uma política pública sustentável, assegurando continuidade e maior impacto. Por outro lado, este foi inicialmente um projeto da sociedade civil, com grande envolvimento de pessoas e organizações ciganas que teve capacidade para evoluir para uma medida de política pública de âmbito nacional. Atualmente, é implementado através de uma parceria entre a AIMA e a Associação Letras Nómadas, conjugando o compromisso institucional com a experiência e a liderança de uma organização liderada por pessoas ciganas. Ao promover a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior e reforçar a autonomia e o empoderamento de jovens ciganos/as, contribui para o desenvolvimento de projetos de vida alternativos e para a redução de fatores de vulnerabilidade associados ao abandono escolar, ao casamento e à maternidade precoces.

Associação para o Planeamento da Família (APF) uma intervenção de base comunitária e de promoção dos direitos sexuais e reprodutivos em Matosinhos⁹

Entidade promotora: *Associação para o Planeamento da Família (APF)*, em parceria com o Município de Matosinhos, serviços de saúde e outras entidades locais.

A APF desenvolve há vários anos uma intervenção comunitária de proximidade junto da comunidade cigana residente no Bairro da Biquinha, em Matosinhos. Os seus objetivos são a educação para a saúde e, em particular, a saúde sexual e reprodutiva, e a saúde materno-infantil. A intervenção assenta numa relação de confiança construída com a comunidade e numa forte articulação com os serviços de saúde, o município e outras entidades locais, permitindo responder de forma integrada às necessidades das famílias.

O principal elemento inovador da prática reside na combinação de mediação comunitária, promoção da saúde e trabalho em rede, através de uma abordagem participativa e culturalmente sensível que facilita o acesso aos serviços, reforça a literacia em saúde e promove o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos.

Ao longo desta intervenção foram desenvolvidas diversas iniciativas temáticas, entre as quais o projeto **Sem Preconceitos**, orientado para a promoção da

⁹ [APF Norte - APF](#)

igualdade de género, da saúde sexual e reprodutiva e da prevenção de situações de vulnerabilidade entre adolescentes e jovens adultos/as ciganos/as.

A APF esteve também envolvida no projeto transnacional *EU Roadmap on Forced and Early Marriage for Frontline Professionals* (Rights, Equality and Citizenship Programme – JUST/2014/RDAP/AG/HARM) que elaborou um roteiro destinado a profissionais da primeira linha em área como a saúde e a educação, com o objetivo de capacitar tais profissionais para a identificação de situações de casamento forçado e/ou precoce e melhorar a proteção e o apoio às vítimas.

A intervenção da APF constitui uma prática promissora por demonstrar que o trabalho continuado de proximidade, aliado à cooperação interinstitucional e ao envolvimento ativo da comunidade, contribui para reduzir desigualdades no acesso à saúde, fortalecer a autonomia das mulheres e jovens ciganos/as e criar condições favoráveis à prevenção do casamento e da maternidade precoces.

Associações de Pessoas Ciganas – Dinamismo e mudança

Uma das características distintivas da experiência portuguesa reside no fortalecimento progressivo do movimento associativo cigano e no reconhecimento das suas organizações como parceiros estratégicos das políticas públicas. Associações como a AMUCIP¹⁰, a Associação Letras Nómadas¹¹ e a Ribaltambição¹² e, mais recentemente a Rizoma¹³, têm vindo a assumir um papel central na promoção da educação, da igualdade de género, da participação comunitária e da capacitação de mulheres e jovens ciganos/as.

Estas organizações, têm vindo a desenvolver projetos específicos, muitos dos quais orientados para a promoção do sucesso educativo e, para a desconstrução de estereótipos. A este propósito, e relacionando-se, ainda que indiretamente com o tema central deste documento, a associação Ribaltambição lançou uma campanha designada "Vozes Ciganas: A Realidade dos Casamentos nas Nossas Comunidades" que desmistifica a generalização dos casamentos forçados entre as comunidades ciganas em Portugal.¹⁴ Por seu lado, a Rizoma, dirigida por uma jovem licenciada através do Opre, que participou no projeto *Roma Influencers* como *influencer* e formadora, encontra-se atualmente a desenvolver um projeto sobre igualdade de género destinado a crianças e jovens ciganos/os.

¹⁰ [\(14\) Facebook](#)

¹¹ [\(2\) Instagram](#)

¹² [\(14\) Facebook](#)

¹³ [About 5 — Rizoma](#)

¹⁴ <https://youtu.be/FvH2jbaVv-U>

Para além disso, o seu trabalho contribui para aproximar as políticas públicas das comunidades, promover soluções construídas em parceria e reforçar a participação das próprias pessoas ciganas na definição das respostas que lhes dizem respeito. Este percurso evidencia uma evolução de abordagens centradas na intervenção *para* as comunidades ciganas para modelos de intervenção desenvolvidos *com* as comunidades e, cada vez mais, liderados por organizações ciganas.

O fortalecimento do movimento associativo cigano constitui, em si mesmo, uma boa prática de governação participativa, contribuindo para que as próprias comunidades assumam um papel crescente na definição das políticas públicas que lhes dizem respeito.

3.4. Roménia

A experiência romena evidencia a importância de intervenções comunitárias de proximidade, desenvolvidas por pessoas que conhecem as comunidades, falam a sua língua e mantêm relações de confiança com as famílias. Entre os elementos mais relevantes encontram-se a rede de mediação de saúde, o envolvimento de mulheres ciganas como agentes de mudança e a articulação entre saúde, educação, proteção social e autoridades locais.

Mediação de saúde Roma como instrumento de prevenção e acesso a direitos

Entidade promotora: *Roma Center for Health Policies – Sastipen*, em articulação com a rede de mediadoras de saúde Roma, a *Direção de Saúde Pública*, autoridades locais e serviços de saúde, educação e proteção social.

Contexto e objetivos

A mediação de saúde Roma constitui uma resposta de proximidade destinada a reduzir as barreiras que dificultam o acesso das comunidades Roma aos serviços públicos. No contexto da prevenção do casamento precoce e da maternidade precoce, as mediadoras podem desempenhar funções de informação, educação para a saúde, identificação de situações de risco, aconselhamento, encaminhamento e articulação com os serviços competentes.

No contexto do projeto Roma Influencers esta pode ser considerada como uma prática promissora na medida em que permite a combinação pertença ou proximidade às comunidades; conhecimento cultural e linguístico; capacidade de articulação com outros setores.

As mediadoras não funcionam apenas como transmissoras de informação. Atuam como pontes de confiança entre as famílias e as instituições, tornando possível abordar temas sensíveis — sexualidade, contraceção, casamento, gravidez, violência ou abandono escolar — que dificilmente seriam discutidos com profissionais externos às comunidades.

Esta prática é relevante porque atua sobre vários fatores associados ao casamento e à maternidade precoces: insuficiente acesso a informação sobre saúde sexual e reprodutiva; desconhecimento dos direitos das crianças e das mulheres; distância entre as famílias e os serviços; dificuldade de identificação precoce de situações de risco; desconfiança relativamente às instituições

Construção participativa de um guia comunitário e multissetorial¹⁵

Entidade promotora: *Sastipen*, com a participação de mediadoras de saúde e escolares, mulheres e jovens Roma, profissionais da educação, saúde, serviço social e psicologia, autoridades públicas e organizações Roma.

O *Roma Influencers Guidebook* foi concebido como um instrumento prático destinado a apoiar profissionais e agentes comunitários na prevenção do casamento e da maternidade precoces.

A sua elaboração incluiu: análise de estudos, legislação e relatórios; recolha de experiências das mediadoras; consultas e grupos focais em Bucareste, Giurgiu e Neamț; participação de jovens mulheres Roma; redação em formato acessível; validação por especialistas e membros das comunidades.

O grupo de trabalho integrou representantes de diferentes áreas e instituições, incluindo profissionais de saúde, educação, serviço social, psicologia, autoridades locais, organizações Roma e jovens das comunidades.

O seu principal contributo não é apenas o conteúdo final, mas o processo de coprodução. O conhecimento científico e profissional foi articulado com a experiência das mediadoras, das jovens e das comunidades.

A metodologia procura, assim, evitar dois riscos frequentes: produzir materiais tecnicamente corretos, mas culturalmente desadequados; desenvolver intervenções comunitárias sem fundamentação científica ou jurídica suficiente.

Esta prática promissora salienta a importância da adequação cultural das mensagens; da aceitação dos materiais pelas famílias; da utilidade prática para

¹⁵ [SASTIPEN — Roma Center for Health Policies](#)

mediadoras e profissionais; e da participação das mulheres e jovens Roma na definição das respostas.

4. Boas práticas europeias e transnacionais

As iniciativas desta secção foram desenvolvidas em vários países ou no âmbito de programas europeus. Devem, por isso, ser analisadas separadamente das práticas nacionais.

Roma Influencers Network - Breaking the Circle of Early Marriages and Early Motherhood

Entidades promotoras: Klimaka (Grécia); Cairde (Irlanda); CESIS e CooperActiva (Portugal); Sastipen (Roménia).

Financiamento: Programa ERASMUS+

Levado a cabo entre novembro de 2024 e outubro de 2026, o projeto *Roma Influencers Network – Breaking the Circle of Early Marriages and Early Motherhood* é apresentado como uma prática promissora a nível transnacional, na medida em que desenvolve uma metodologia integrada especificamente orientada para a prevenção do casamento precoce e da maternidade precoce junto de mulheres e comunidades ciganas.

O projeto permitiu desenvolver investigação comparativa nos quatro países parceiros, produzir quatro relatórios nacionais e um relatório comparativo europeu, elaborar materiais educativos e de sensibilização, desenvolver programas de formação e lançar uma rede transnacional de Roma Influencers. A investigação envolveu 184 mulheres ciganas permitindo aprofundar o conhecimento sobre os fatores que favorecem estas práticas e apoiar a formulação de recomendações para a intervenção comunitária e para as políticas públicas. O projeto, promoveu formação especificamente adaptada a cada grupo envolvendo 25 mulheres ciganas numa primeira fase, enquanto formandas, algumas das quais se assumiram como formadoras de um grupo de cinco mulheres em cada país. As mulheres participantes neste processo formativo tiveram ainda um papel ativo de *Influencers* das suas próprias comunidades dinamizando um total de 72 campanhas de sensibilização no conjunto dos quatro países participantes de onde resultaram materiais áudio visuais de sensibilização em matéria de casamentos precoces e maternidade precoce que podem ser utilizados por outras entidades. Como corolário de todo este processo o projeto produziu diversos recursos educativos e de sensibilização, incluindo campanhas comunitárias, materiais audiovisuais e um vídeo transnacional que tem vindo a ser apresentado em diversos festivais internacionais.

Embora o projeto ainda decorra e não disponha de uma avaliação de impacto, os resultados de implementação evidenciam já uma forte capacidade para mobilizar

comunidades, produzir conhecimento comparável entre países, promover a liderança das mulheres ciganas e desenvolver recursos potencialmente transferíveis para outros contextos.

O projeto distingue-se por colocar as próprias mulheres ciganas no centro da intervenção, não apenas como destinatárias das atividades, mas como participantes ativas na produção de conhecimento, na sensibilização das comunidades e na formulação de propostas de mudança. A metodologia assenta na capacitação de mulheres Roma para desempenharem funções de influência positiva, apoio entre pares e mobilização comunitária, valorizando os seus conhecimentos, experiências e capacidade de comunicação com outras mulheres, raparigas e famílias.

O principal elemento inovador do projeto reside precisamente na combinação entre empoderamento individual, intervenção comunitária, produção de conhecimento e diálogo político.

Outro aspeto relevante é o desenvolvimento de uma abordagem participativa e culturalmente sensível. As mulheres ciganas envolvidas contribuem para identificar barreiras, definir as mensagens, validar materiais e comunicar com as comunidades. Esta participação pode reforçar a credibilidade da intervenção e reduzir o risco de abordagens estigmatizantes ou externas às realidades vividas.

Apesar das diferenças entre os quatro países, o projeto evidencia princípios comuns, como a importância da educação, da mediação, do acesso à saúde, da liderança feminina cigana, do apoio entre pares e da cooperação entre comunidades, serviços e decisores/as.

O projeto pode, assim, ser considerado uma prática promissora porque:

- aborda diretamente um problema pouco visível e insuficientemente documentado;
- promove a liderança e a participação das mulheres ciganas;
- combina prevenção, capacitação, sensibilização e incidência política;
- envolve as famílias e as comunidades, em vez de se limitar à intervenção individual;
- produz recursos potencialmente transferíveis para outros contextos;
- favorece a aprendizagem entre países;
- procura aproximar a experiência das comunidades da definição de políticas públicas.

ROMED – European Programme for Roma Mediators¹⁶

O **ROMED** foi promovido pelo Conselho da Europa, em cooperação com a Comissão Europeia, com o objetivo de melhorar a qualidade e a eficácia da mediação entre as comunidades ciganas e as instituições públicas. O programa partiu do reconhecimento de que muitas pessoas ciganas enfrentam dificuldades persistentes no acesso a direitos, serviços e recursos, devido não apenas a situações de pobreza e exclusão social, mas também à discriminação, à falta de informação, à distância cultural e institucional e à reduzida confiança nos serviços públicos.

Através da formação de pessoas mediadoras, o ROMED procurou reforçar a capacidade de intervenção em áreas diversas centrais no processo de inclusão social.

A pessoa mediadora atua como elemento de ligação entre as comunidades e as instituições, facilitando a comunicação, tornando a informação mais acessível, apoiando o encaminhamento para os serviços e contribuindo para que as necessidades e perspetivas das pessoas ciganas sejam consideradas pelas entidades públicas.

A relevância do **ROMED** para a prevenção do casamento precoce e da maternidade precoce decorre sobretudo da capacidade das pessoas mediadoras para intervir sobre fatores de risco que se encontram frequentemente associados a estes fenómenos. A sua proximidade às famílias e o conhecimento dos contextos comunitários podem facilitar: a divulgação de informação sobre os direitos das crianças e das mulheres; a promoção da permanência das raparigas na escola; o acesso à saúde sexual e reprodutiva e ao planeamento familiar; a identificação precoce de situações de abandono escolar, gravidez na adolescência, violência, coerção ou casamento envolvendo menores; o encaminhamento para serviços de saúde, educação, proteção social e proteção de crianças e jovens; o diálogo com famílias e lideranças comunitárias sobre os impactos do casamento e da maternidade precoces; a articulação entre profissionais e instituições que, de outro modo, poderiam atuar de forma fragmentada.

O **ROMED** distingue-se igualmente pela sua abordagem baseada nos direitos humanos. A mediação não é concebida apenas como um instrumento para resolver problemas de comunicação, mas como um meio para combater desigualdades, discriminações e obstáculos ao exercício de direitos. Esta perspetiva é particularmente importante na abordagem do casamento precoce,

¹⁶ [Home | ROMED](#)

evitando que determinadas práticas sejam tratadas de forma estigmatizante ou atribuídas indistintamente a todas as comunidades ciganas.

ROMACT – Reforçar a governação local para promover a inclusão das comunidades Roma¹⁷

O **ROMACT** é uma iniciativa conjunta do Conselho da Europa e da Comissão Europeia, desenvolvida com o objetivo de reforçar a capacidade das autarquias para conceber, implementar e monitorizar políticas locais de inclusão das comunidades Roma. O programa parte do reconhecimento de que a redução das desigualdades exige respostas locais sustentadas, assentes na participação das comunidades e na cooperação entre diferentes serviços públicos.

A metodologia do ROMACT combina o fortalecimento da capacidade institucional dos municípios com o envolvimento ativo das comunidades ciganas na identificação das suas necessidades e na definição das prioridades de intervenção. Entre os seus principais componentes incluem-se: diagnóstico participativo das necessidades e dos recursos existentes; criação de grupos comunitários e mecanismos de participação das comunidades ciganas; capacitação de dirigentes, técnicos/as municipais e outros atores locais; elaboração de planos locais de ação para a inclusão das comunidades ciganas.

Tal como outras iniciativas aqui identificadas o ROMACT não foi concebido especificamente para prevenir o casamento precoce ou a maternidade precoce, mas atua sobre vários fatores estruturais que aumentam a vulnerabilidade das crianças e jovens cigana, como, por exemplo, o acesso limitado aos cuidados de saúde, incluindo saúde sexual e reprodutiva.

A relevância da abordagem defendida pelo ROMACT reside que fenómenos como o casamento precoce exigem políticas locais coerentes, capazes de criar oportunidades educativas, melhorar o acesso aos serviços, reduzir desigualdades e reforçar a participação das comunidades na definição das soluções.

Um dos principais elementos inovadores do ROMACT é precisamente a valorização da governação local participativa. O programa procura que as comunidades Roma deixem de ser apenas destinatárias das políticas públicas para se tornarem participantes ativos na sua conceção, implementação e avaliação. Paralelamente, reforça a capacidade das autarquias para desenvolver respostas mais integradas, baseadas em evidência e adaptadas às especificidades de cada território condição que se constitui como essencial para

¹⁷ [ROMACT - BUILDING CAPACITY FOR ROMA INCLUSION AT LOCAL LEVEL](#)

a sustentabilidade das políticas de inclusão e para a criação de contextos mais favoráveis à prevenção do casamento precoce e da maternidade precoce.

INSCHOOL – Promover sistemas educativos mais inclusivos para as crianças ciganas¹⁸

O *INSCHOOL – Inclusive Schools: Making a Difference for Roma Children* é um projeto conjunto da Comissão Europeia e do Conselho da Europa desenvolvido entre 2017 e 2024, em três ciclos sucessivos. Ao longo da sua implementação envolveu a República Checa, Hungria, Roménia, República Eslovaca, Reino Unido, Bulgária e Portugal, apoiando o desenvolvimento de políticas educativas inclusivas e de práticas inovadoras destinadas a melhorar o acesso, a participação e o sucesso educativo das crianças Roma e de outras crianças em risco de marginalização.

O programa parte do princípio de que a inclusão das crianças Roma não depende apenas do seu esforço individual ou do apoio prestado às famílias, exigindo igualmente mudanças nas práticas pedagógicas, na organização das escolas e nas políticas educativas. Neste sentido, procura criar ambientes escolares mais inclusivos, capazes de responder à diversidade e de valorizar a participação de todas as crianças.

A metodologia do *INSCHOOL* combina diferentes níveis de intervenção, incluindo, designadamente: a formação de docentes, direções escolares e outros profissionais da educação; o desenvolvimento e disseminação de práticas pedagógicas inclusivas; a promoção de ambientes escolares livres de discriminação e segregação; o envolvimento das famílias e das comunidades ciganas na vida escolar.

O programa reconhece que a continuidade dos percursos educativos aumenta as oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional das raparigas, reforça a sua autonomia, amplia o acesso à informação sobre direitos e saúde sexual e reprodutiva e cria expectativas de futuro incompatíveis com a interrupção precoce da escolaridade.

O *INSCHOOL* constitui, por isso, uma prática particularmente relevante por demonstrar que a inclusão educativa depende de uma responsabilidade partilhada entre estudantes, famílias, escolas, comunidades e decisores políticos. Ao promover sistemas educativos mais inclusivos e participativos, contribui para criar condições que favorecem a permanência das raparigas na escola e reduzem

¹⁸ [Inschool Project - Inclusive schools Making a difference for Roma children](#)

fatores de vulnerabilidade associados ao casamento precoce e à maternidade precoce.

BREAKING A TABOO - Promover a mudança de normas sociais através do diálogo comunitário

O *Breaking a TABOO* é uma iniciativa transnacional implementada na Alemanha, Grécia, Sérvia, Hungria, Espanha, Roménia e Macedónia do Norte, que procura prevenir o casamento infantil, precoce e forçado através da promoção da igualdade de género, da participação das comunidades ciganas e do questionamento de normas sociais que limitam os direitos e as oportunidades das raparigas.

O projeto parte do reconhecimento de que o casamento precoce resulta da interação de múltiplos fatores – pobreza, desigualdades de género, abandono escolar, discriminação, expectativas familiares e normas culturais –, exigindo respostas que promovam a reflexão crítica e a participação ativa das próprias comunidades.

A metodologia combina diferentes componentes de intervenção, entre os quais se destacam: a capacitação de mulheres e jovens ciganas enquanto agentes de mudança; a criação de espaços seguros para o diálogo intergeracional e intercultural; o desenvolvimento de ações de sensibilização dirigidas às comunidades; envolvimento de famílias, líderes comunitários e profissionais; a produção de recursos educativos e materiais de comunicação.

Entre os resultados documentados encontram-se a produção de documentários, a formação de pessoas mediadoras e multiplicadoras e a realização de 70 sessões comunitárias de exibição de filmes e debate. Estas sessões utilizaram histórias pessoais e metodologias participativas para criar espaços de diálogo sobre casamento precoce, relações de género, educação e autonomia das raparigas. A experiência demonstrou que as narrativas construídas ou partilhadas pelas próprias comunidades podem constituir instrumentos particularmente eficazes para abordar assuntos considerados tabu e promover a reflexão sem recorrer a mensagens moralizadoras ou estigmatizantes.

A replicação desta metodologia exige a participação ativa das comunidades, pessoas facilitadoras localmente reconhecidas, espaços seguros para o diálogo e uma comunicação culturalmente adequada.

O principal elemento inovador do *Breaking a TABOO* reside na sua aposta na transformação das normas sociais através do diálogo comunitário. Em vez de

abordar o casamento precoce apenas como um problema legal ou individual, o projeto procura criar condições para que as próprias comunidades reflitam sobre as consequências destas práticas, debatam alternativas e valorizem novos modelos de participação, educação e autonomia para as raparigas.

O projeto valoriza a participação ativa de mulheres ciganas, jovens, famílias e organizações comunitárias favorece a construção de soluções culturalmente sensíveis e contribui para reforçar a legitimidade das mensagens e das ações desenvolvidas.

A dimensão transnacional constitui igualmente uma mais-valia, permitindo comparar diferentes contextos nacionais, identificar desafios comuns e adaptar metodologias às especificidades locais. O *Breaking a TABOO* pode, assim, ser considerado uma prática promissora por evidenciar que a mudança sustentável depende da capacidade para transformar normas sociais e relações de poder, reforçando simultaneamente a liderança das mulheres ciganas e o diálogo entre comunidades, profissionais e decisores públicos.

5. Análise comparativa das práticas

5.1. Da prevenção dos casamentos precoces e da maternidade precoce à promoção dos direitos

A análise comparativa evidencia que as práticas identificadas partilham uma característica fundamental: embora todas possam contribuir para prevenir o casamento precoce e a maternidade precoce, fazem-no através de estratégias bastante distintas.

Algumas iniciativas abordam diretamente o fenómeno, procurando promover a reflexão comunitária sobre os direitos das crianças e das mulheres, combater estereótipos de género ou desenvolver campanhas de sensibilização especificamente dirigidas ao casamento precoce. É o caso do *Roma Influencers Network* (transnacional), do *Breaking a TABOO* (transnacional) e do *Roma Influencers Guidebook* (Roménia na sequência do projeto Roma Influencers).

A maioria das práticas, porém, não têm como objetivo específico prevenir o casamento precoce, mas intervêm sobre os fatores estruturais que aumentam a vulnerabilidade das raparigas Roma. Incluem programas de permanência escolar, mediação intercultural, acesso aos cuidados de saúde, apoio entre pares, governação participativa, investigação e fortalecimento das organizações Roma.

Esta distinção demonstra que a prevenção não depende exclusivamente de campanhas dirigidas ao fenómeno. Pelo contrário, resulta da combinação entre intervenções orientadas para a mudança de comportamentos e políticas que ampliam as oportunidades educativas, sociais e económicas das raparigas e das mulheres ciganas.

5.2. Educação como principal fator de proteção

A educação constitui o elemento comum mais consistente das práticas analisadas.

Contudo, os países abordam esta dimensão de formas complementares.

Portugal privilegia medidas de promoção da permanência e do sucesso escolar através de bolsas de estudo e programas de mentoria, como o *ROMA Educa* e o *Programa OPRE*.

O *INSCHOOL*, do Conselho da Europa, evidencia que a permanência escolar não depende apenas do apoio às famílias, exigindo igualmente escolas inclusivas,

docentes preparados para trabalhar em contextos multiculturais e políticas educativas capazes de reduzir a segregação escolar.

Na Irlanda, a educação assume igualmente uma dimensão de educação de pessoas adultas, através da formação certificada das *Roma Peer Support Workers*, demonstrando que a aprendizagem ao longo da vida constitui um importante instrumento de empoderamento feminino.

Na Grécia e na Roménia, a educação surge integrada em estratégias mais amplas de participação comunitária, promoção dos direitos e prevenção.

Em conjunto, estas experiências demonstram que a permanência das raparigas na escola constitui provavelmente o principal fator de proteção identificado no conjunto das boas práticas. Contudo, os resultados sugerem igualmente que a educação só produz efeitos sustentados quando é acompanhada por ambientes escolares inclusivos, apoio económico, mediação, participação das famílias e expectativas positivas relativamente ao futuro das raparigas.

5.3. Acesso aos direitos e aos serviços

Outro elemento transversal prende-se com a necessidade de aproximar as comunidades ciganas dos serviços públicos.

As experiências analisadas demonstram que o acesso à saúde, educação, proteção social e justiça continua condicionado por barreiras linguísticas, culturais, administrativas e, frequentemente, pela discriminação.

Neste domínio, destacam-se:

- o *ROMED*, do Conselho da Europa, em parceria com a Comissão Europeia, através da mediação intercultural;
- o *National Roma Infoline*, desenvolvido na Irlanda pelo Cardie, enquanto serviço multilíngue de informação;
- a rede romena de mediação em saúde;
- a intervenção comunitária desenvolvida pela APF em Portugal.

Estas iniciativas demonstram que o acesso efetivo aos direitos exige profissionais preparados, serviços culturalmente competentes e pessoas mediadoras pertencentes às próprias comunidades.

A mediação surge, assim, não como um mecanismo transitório, mas como uma função especializada indispensável para reduzir desigualdades e reforçar a confiança entre comunidades e instituições.

5.4. Participação comunitária e liderança das mulheres ciganas

Todas as práticas analisadas reconhecem que as comunidades ciganas devem deixar de ser encaradas exclusivamente como destinatárias das políticas públicas.

O elemento mais inovador observado consiste precisamente na crescente valorização da participação das próprias comunidades e, em particular, das mulheres ciganas.

Nas iniciativas identificadas, as mulheres assumem funções diversificadas:

- mediadoras;
- investigadoras;
- trabalhadoras de apoio entre pares;
- líderes comunitárias;
- formadoras;
- dirigentes associativas;
- influenciadoras.

A este nível, ressalta-se a experiência das associações ciganas que, como é o caso da AMUCIP, da Ribaltambição e, mais recentemente da Rizoma, se assumem como associações de mulheres e têm vindo a desenvolver um papel central nas mudanças ao âmbito dos papéis de género.

Esta evolução representa uma mudança significativa relativamente a abordagens anteriores, frequentemente centradas na intervenção externa protagonizada por pessoas não ciganas.

A experiência comparada evidencia que as práticas mais sustentáveis são precisamente aquelas que investem na criação de capacidades dentro das próprias comunidades, reforçando o seu protagonismo na identificação dos problemas, na definição das soluções e na avaliação das intervenções.

5.5. Da intervenção individual à transformação dos sistemas

As práticas analisadas evidenciam igualmente diferentes níveis de intervenção.

Algumas atuam diretamente junto das pessoas e das famílias; outras procuram transformar instituições, organizações ou políticas públicas.

Esta complementaridade constitui uma das principais conclusões do presente relatório.

Em conjunto, as iniciativas analisadas mostram que a prevenção do casamento precoce exige atuação simultânea sobre cinco dimensões:

- as pessoas;
- as famílias e comunidades;
- os serviços públicos;
- as instituições;
- as políticas públicas.

Neste contexto, pode observar-se uma complementaridade particularmente evidente entre os programas europeus.

- O **ROMED** reforça a mediação entre comunidades e serviços.
- O **ROMACT** fortalece a governação local e a capacidade institucional.
- O **INSCHOOL** promove escolas mais inclusivas.
- O **Breaking a TABOO** procura transformar normas sociais e relações de género.
- O **Roma Influencers Network** aposta no empoderamento e na liderança das mulheres Roma.

Em vez de responderem ao mesmo problema através da mesma metodologia, estas iniciativas demonstram que a prevenção exige intervenções articuladas em diferentes níveis.

5.6. Conhecimento, evidência e governação participativa

A experiência grega demonstra que a prevenção também depende da produção de conhecimento e da qualidade da governação. As práticas **Roma Child VOICE** e **ROMplat2019** evidenciam que a investigação participativa, a consulta sistemática das comunidades e o envolvimento das pessoas ciganas na definição, implementação e monitorização das políticas públicas constituem fatores essenciais para desenvolver respostas mais adequadas, legitimadas e sustentáveis. A prevenção do casamento precoce não depende apenas da

existência de serviços ou programas específicos, mas também da capacidade para produzir evidência, incorporar o conhecimento das comunidades e transformar esse conhecimento em políticas públicas.

5.7. Evidência disponível e desafios futuros

Apesar da qualidade das práticas identificadas, a análise comparativa evidencia igualmente limitações importantes.

Grande parte das iniciativas documenta de forma consistente as atividades realizadas, a participação das comunidades e os produtos desenvolvidos.

No entanto, permanece reduzida a evidência sobre os impactos a médio e longo prazo.

Poucos projetos medem alterações em indicadores como:

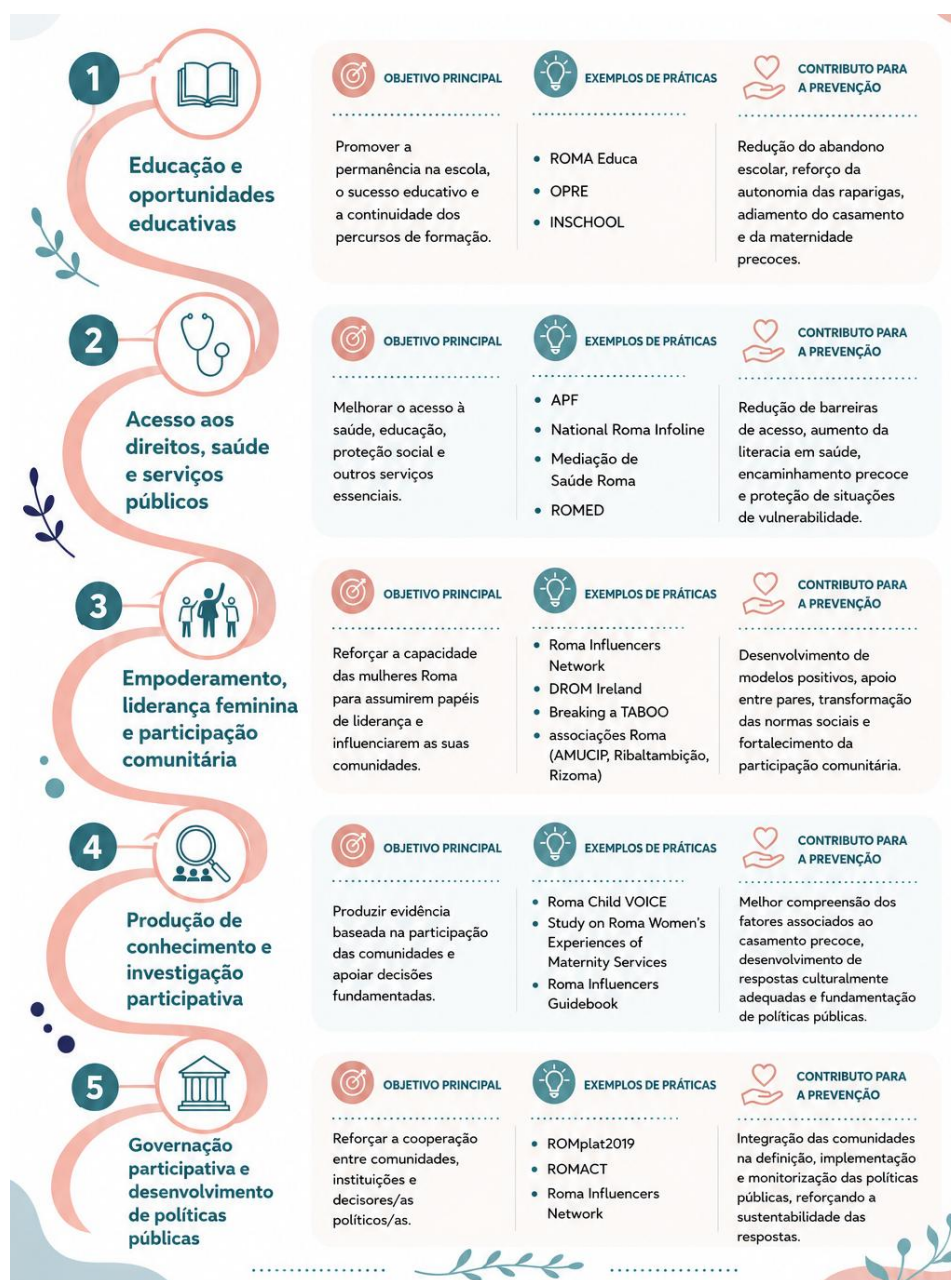
- idade do casamento;
- gravidez na adolescência;
- abandono escolar;
- autonomia económica;
- participação cívica;
- acesso continuado aos serviços.

Esta limitação é particularmente relevante num domínio onde as mudanças sociais dependem frequentemente de processos prolongados e da interação entre múltiplos fatores.

O reforço dos sistemas de monitorização e avaliação constitui, por isso, um dos principais desafios identificados.

6. Conclusões

A análise realizada permite identificar cinco grandes modelos de intervenção que, embora distintos, se revelam complementares na prevenção do casamento precoce e da maternidade precoce nas comunidades Roma. Em vez de representarem respostas alternativas, estas abordagens atuam sobre diferentes fatores de risco e de proteção, evidenciando que as estratégias mais promissoras combinam intervenções dirigidas às pessoas, às comunidades, aos serviços, às instituições e às políticas públicas. O quadro seguinte sintetiza os principais contributos das práticas analisadas.



A análise comparativa realizada demonstra que os casamento precoces e a maternidade precoce não podem ser compreendidos como fenómenos isolados nem atribuídos exclusivamente a fatores culturais. Em todos os países analisados, estes fenómenos resultam da interação entre pobreza, desigualdades de género, abandono escolar, discriminação, acesso limitado aos serviços, reduzida participação social e oportunidades insuficientes para as raparigas e mulheres ciganas. Esta leitura é consistente com a evidência europeia disponível, que recomenda abordagens integradas e multissetoriais para prevenir o casamento precoce e promover os direitos das crianças e das mulheres.

As práticas analisadas revelam, ainda, que não existe uma solução única. Pelo contrário, as respostas mais promissoras combinam diferentes estratégias: permanência escolar, mediação intercultural, acesso à saúde sexual e reprodutiva, apoio entre pares, investigação participativa, fortalecimento das organizações ciganas, participação comunitária, governação local e desenvolvimento de políticas públicas baseadas em evidência.

Outro resultado particularmente relevante prende-se com a transformação do papel atribuído às mulheres ciganas. Em praticamente todas as iniciativas mais inovadoras, estas deixam de ser encaradas apenas como destinatárias das intervenções para assumirem funções de liderança, mediação, investigação, formação, representação institucional e mobilização comunitária. Esta mudança constitui um dos fatores mais consistentes das práticas identificadas e representa uma condição essencial para o desenvolvimento de respostas sustentáveis.

A análise evidencia igualmente que a participação significativa das comunidades ciganas não constitui apenas um princípio ético, mas um fator determinante para a qualidade das intervenções. As práticas que envolveram as comunidades desde a identificação das necessidades até à avaliação dos resultados revelam maior adequação cultural, maior confiança entre instituições e comunidades e maior potencial de transferência para outros contextos.

A comparação entre as experiências da Grécia, Irlanda, Portugal e Roménia demonstra que as respostas mais promissoras não são aquelas que atuam sobre um único fator de risco, mas as que articulam diferentes níveis de intervenção. educação inclusiva, acesso à saúde, mediação intercultural, produção de conhecimento, governação participativa, fortalecimento das organizações ciganas, empoderamento das mulheres e diálogo político constituem dimensões complementares de uma mesma estratégia de prevenção. Em conjunto, estas práticas demonstram que a prevenção do casamento precoce e da maternidade precoce exige uma abordagem baseada nos direitos humanos, construída com as comunidades ciganas e não apenas para as comunidades ciganas. Esta

orientação está igualmente alinhada com as prioridades mais recentes do Conselho da Europa e da União Europeia para a inclusão das comunidades ciganas, que destacam a participação efetiva, a igualdade de género, a produção de conhecimento e a boa governação como condições essenciais para promover mudanças sustentáveis.

Em conjunto, as práticas identificadas demonstram que prevenir o casamento precoce e a maternidade precoce significa criar condições para que todas as crianças e jovens ciganas/os possam exercer plenamente os seus direitos, permanecer na escola, participar nas decisões que afetam as suas vidas e construir projetos de vida livres, autónomos e escolhidos por si próprias. Esta constitui, em última análise, a principal mensagem do presente relatório.